OTP S.A.

(anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86

Relatório da Administração

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** Ao longo do ano de 2021, a Administração da OTP permaneceu empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais *stakeholders*, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos e das renegociações de seus endividamentos. Em 2021, o PIB do País teve um crescimento de 4,6% (comparado ao ano de 2020), puxado, basicamente, pela recuperação do setor de serviços, estimulado pelo forte avanço da vacinação da população brasileira, que resultou na flexibilização das medidas de restrição previamente impostas para contenção da propagação do coronavírus. No entanto, importante destacar que o significativo crescimento do PIB verificado em 2021 deve ser avaliado à luz da base de comparação reduzida da economia no ano de 2020, muito impactada pelos efeitos negativos oriundos do início da pandemia naquele ano. Nesse contexto, a Companhia permaneceu acompanhando os impactos causados pela pandemia e apoiando suas empresas investidas na adoção de medidas necessárias à garantia da saúde das pessoas (Integrantes e Usuários), à manutenção dos empregos e à continuidade, com qualidade e segurança, de suas atividades operacionais. Apesar do cenário adverso, a Companhia manteve o processo organizado de desmobilização de seus ativos, tendo concluído, com êxito, em abril de 2021, a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Bahia Norte ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), localizadas na região Nordeste do País, com o recebimento de recursos financeiros, à vista, no montante de R$ 75,9 milhões. As referidas alienações permitiram que a Companhia mantivesse o direcionamento estratégico definido por seus acionistas de redução dos passivos existentes com a amortização parcial das dívidas da própria Companhia e de suas controladas: Concessionária Rota do Oeste ("CRO") e Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia"), além da desoneração da OTP em R$ 422,6 milhões em dívidas da CBN, da CRA e da CRC e da exoneração de garantias corporativas previamente concedidas (no valor de R$ 52,4 milhões) e contra-garantias de seguros contratados por essas concessionárias (no valor de R$ 150 milhões). Em 2021, houve também um significativo avanço no processo de resilição do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape-PE, arrendado pela controlada Agrovia, com a conclusão da análise do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), que apurou um montante de indenização no valor de R$ 42,3 milhões (base: agosto/2020) a ser ressarcido à Agrovia pelos investimentos realizados no referido terminal. O novo edital de licitação, já aprovado pela ANTAQ, foi publicado no dia 07 de março de 2022 (Leilão 02/2022-ANTAQ-SUA07), com data prevista para a realização do leilão no dia 30 de março de 2022 na B3. Em junho de 2021, foi concluída a extinção da Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH"), em função da não entrada em eficácia do Contrato de Concessão para a exploração do Contorno Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Adicionalmente, a Administração permanece avaliando o encerramento da Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT-GO"), uma vez que não há expectativas de apresentação das garantias exigidas pelo Poder Concedente para a eficácia do Contrato de Concessão. Nesse contexto, a Companhia celebrou acordo com terceiros para prospectar potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT-GO ou, em caso de insucesso, na eventual rescisão do Contrato de Concessão. Ainda no contexto das desmobilizações, a OTP, juntamente com a OTP Rodovias empreenderam inúmeros esforços para realizar a alienação de sua participação acionária na Concessionária Rota do Atlântico ("CRO"), mas que, em função do não fechamento da operação de venda do controle acionário da concessionária, passaram a tomar as providências necessárias à realização do procedimento de devolução amigável (relicitação) do Contrato de Concessão da CRO ("Processo de Devolução"), tendo protocolado, em dezembro/2021, o requerimento do Procedimento de Devolução na Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), com a anuência dos acionistas minoritários e a não oposição dos Credores da CRO. A Administração da Companhia espera que o requerimento seja aprovado pelo Ministério de Infraestrutura ao longo do ano de 2022. No âmbito das renegociações dos endividamentos financeiros, que continuam sendo prioridade para a Administração da OTP, a Companhia, juntamente com suas empresas controladas, tem conseguido administrar os vencimentos dos endividamentos previamente contratados, compatibilizando o fluxo de ingressos financeiros das desmobilizações estruturadas dos ativos da Companhia com suas obrigações financeiras, evitando, assim, potenciais execuções judiciais disruptivas para a Companhia. Nesse contexto, foram realizadas amortizações financeiras pela Companhia e por suas controladas, CRO e Agrovia, no montante de R$ 123,5 milhões em 2021 e R$ 92,7 milhões entre janeiro e março de 2022. Além disso, com o protocolo do Processo de Devolução da CRO, as Acionistas e a CRO devem assinar um novo Termo de Inação com os Credores e com a CEF até que os principais termos e condições da referida devolução estejam definidos, quando, então, deverá ser feita uma reestruturação das dívidas da CRO, conjuntamente com a reestruturação das dívidas corporativas da OTP. **Rentabilidade:** Em 2021, o Grupo teve um incremento de 16,2% em suas receitas líquidas, decorrentes, basicamente, da sua controlada CRO, com destaque para o aumento das receitas operacionais de pedágio (R$ 497 milhões em 2021 x R$ 455 milhões em 2020).

Receita (em milhares de reais)

Descrição	2021	2020	Var. (%)
Receitas de Pedágio	496.930	455.362	9,13%
Receitas Acessórias e Outras	5.057	4.922	1,61%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	150.453	103.684	45,11%
Receita Bruta	**652.440**	**563.968**	**15,69%**
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(41.420)	(38.319)	8,09%
Outras deduções	(38)	(26)	46,15%
Receita Líquida	**610.982**	**525.623**	**16,24%**

O crescimento das receitas de pedágio deu-se, sobretudo, pelo aumento de 9,62% de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP) da CRO, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A receita de construção ICPC 01 (R1) teve um aumento de 45% devido aos maiores investimentos na segurança viária realizados pela CRO durante o ano de 2021. Por fim o valor do EBITDA, ajustado pelos efeitos não recorrentes, foi de R$ 265 milhões, representando um aumento de R$ 29 milhões, quando comparado ao ano de 2021 (no valor de R$ 233 milhões), também impulsionado pelo incremento das receitas da CRO. **Governança Corporativa:** A Companhia possui uma estrutura de Governança Corporativa que segue as melhores práticas de mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo a confiança e o relacionamento da Companhia com seus principais *stakeholders*. A estrutura de Governança inclui 3 (três) instâncias de decisão: a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, sendo que o Conselho de Administração conta com o apoio de 4 (quatro) Comitês Consultivos, sendo eles: (i) o Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) o Comitê de Conformidade; (iii) o Comitê de Pessoas e Organização; e o (iv) Comitê de Partes Relacionadas, destacando que o Responsável por Conformidade da Companhia reporta diretamente ao Coordenador do Comitê de Conformidade, garantindo, assim, ampla e total independência da área. O Conselho de Administração da Companhia atualmente é composto por 11 (onze) membros titulares e 3 suplentes, sendo 2 (dois) membros independentes. O Acionista Controlador tem o direito de indicar 7 (sete) membros, incluindo um Conselheiro Independente, e os Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR) tem o direito de indicar 4 (quatro) membros, incluindo um Conselheiro Independente. Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do Conselho de Administração, para cumprimento do mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição. Os Comitês Consultivos, que servem de apoio às atividades de competência do Conselho de Administração, são integrados por membros do referido Conselho, sejam eles titulares ou suplentes. Atualmente, os referidos Comitês possuem somente conselheiros titulares em sua composição. ***Compliance:*** A OTP tem envidado esforços contínuos na manutenção e aprimoramento do seu Programa de Conformidade, tanto na Holding como em suas empresas investidas, tendo finalizado o processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras, com a devida certificação emitida em 2020. Em 2021, foram realizadas diversas ações dentro do Programa de Conformidade, merecendo destaque: i) a divulgação de 2 (duas) novas diretrizes e a revisão das 25 (vinte e cinco) existentes; (ii) a realização de 27 (vinte e sete) sessões de treinamentos; (iii) a realização de 57 campanhas de reforço e conscientização, com a veiculação de mais de 149 peças de comunicação; (iv) a realização de mais de 800 análises reputacionais de terceiros; (v) o monitoramento de riscos corporativos, operacionais, financeiros e de integridade; (vi) o endereçamento dos requisitos da LGPD; e (v) a realização de 9 auditorias internas. No Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais colaboradores possam, de forma segura, sigilosa e responsável, comunicar eventuais irregularidades e contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo seguro, ético, transparente e produtivo. Em 2021, foram recebidos 116 novos relatos, adicionados aos 112 remanescentes do ano anterior. Destes, 189 (83%) foram totalmente apurados e finalizados, resultando em 624 medidas disciplinares, sendo 521 medidas decorrentes da obtenção de benefícios emergenciais indevidos. **Pessoas:** Em função da continuidade dos impactos sociais e econômicos da pandemia do COVID-19, houve uma atuação bastante intensa e participativa da área de Pessoas & Organização junto aos Integrantes da Companhia. A OTP e suas investidas fecharam o ano de 2021 com um efetivo de 835 colaboradores, representando um incremento de 2,5%, em relação à base de comparação de 2020, sendo tal aumento oriundo de contratações efetuadas, exclusivamente, pela CRO de modo a suprir as necessidades da concessionária decorrentes da retomada das atividades postergadas em 2020. O número decrescente de Integrantes da Companhia, ano após ano, reflete o processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo de forma ordenada e preservando a qualidade e a segurança dos serviços prestados aos Usuários e *stakeholders*, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos. **Segurança, Saúde e Meio Ambiente ("SSTMA"):** No âmbito de SSTMA, foram realizados 3.888 mil HHT, representando um incremento de 7,7% em relação à mesma base de comparação em 2020, sem registros de acidentes fatais envolvendo Integrantes e Subcontratados, nem ocorrências de condenações pelos órgãos governamentais por eventuais incumprimentos da legislação ambiental. Os indicadores de acompanhamento situaram-se melhor (ou seja, abaixo) das metas definidas para o exercício. Na área da Saúde, com o advento das novas variantes do COVID-19, foram reforçadas as medidas de prevenção nas operações da Companhia (testagem rápida/sorologia IGC-IGM, vacinação em massa, adoção do *home office*, rápida comunicação e divulgação de procedimentos específicos sobre o tema, afastamento das pessoas identificadas como grupo de risco, entre outros) e no controle do contágio do vírus (acompanhamento médico dos Integrantes e Subcontratados infectados e afastados do trabalho), além de campanhas de conscientização direcionadas aos Integrantes, Subcontratados e Usuários dos serviços prestados pela Companhia. Por fim, houve o falecimento de um Integrante, causado por complicações médicas oriundas do COVID-19. Quanto aos acidentes com Usuários das rodovias nas empresas controladas pela OTP, foram registrados 4.066 acidentes, com 104 óbitos. As concessionárias rodoviárias têm intensificado as campanhas educativas, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, por meio de painéis eletrônicos fixos e móveis, com o objetivo de conscientizar os Usuários sobre a necessidade de uma direção cada vez mais segura nas rodovias.

A Administração

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	79.566	26.711	194.137	99.670
Contas a receber	8	–	–	23.640	19.997
Demais contas a receber	9	37.718	36.639	66.142	64.257
Tributos a recuperar	–	2.553	2.541	16.295	13.485
Despesas antecipadas	–	90	147	4.071	6.041
Outros ativos	–	5.822	4.933	18.640	5.939
		125.749	**70.971**	**322.925**	**209.389**
Ativos não circulante mantidos para negociação	11	**–**	**–**	**–**	**129.885**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7	–	–	133.929	130.349
Demais contas a receber	9	37.738	73.278	66.185	128.514
Partes relacionadas	10	4.155	58.013	–	–
Depósitos judiciais	18	–	–	1.982	1.344
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	–	–	30.076	28.473
Outros ativos	–	–	–	11.300	11.199
		41.893	**131.291**	**243.472**	**299.879**
Investimentos	12	321.068	757.501	88.576	92.865
Imobilizado	13	12.500	24.324	70.289	82.020
Intangível	14	–	–	1.996.797	1.892.178
		375.461	**913.116**	**2.399.134**	**2.366.942**
Total do ativo		**501.210**	**984.087**	**2.722.059**	**2.706.216**

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Reapresentado)
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	911.413	876.255	1.915.467	1.867.637
Fornecedores	–	3.166	2.816	134.147	113.107
Obrigações sociais e trabalhistas	–	1.730	258	20.402	16.552
Impostos, taxas e contribuições sociais	–	213	378	12.731	10.414
Arrendamento mercantil operacional	16	1.913	3.363	10.966	11.800
Outros passivos	–	18.476	6.247	24.118	13.265
		936.911	**889.317**	**2.117.831**	**2.032.775**
Passivos relacionados a ativos não circulante mantidos para negociação	11	**–**	**–**	**–**	**48.219**
Passivo não circulante					
Fornecedores	–	–	–	4.356	2.788
Arrendamento mercantil operacional	16	13.653	19.164	16.447	21.340
Partes relacionadas	10	81.553	33.752	41.820	33.752
Provisão para perda de investimento	12	2.666	–	–	–
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	18	–	–	3.235	5.661
Provisão para conserva especial	20	–	–	150.899	105.194
Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos	19	–	–	873.584	354.515
Outros passivos	–	–	–	16.640	14.552
		97.872	**52.916**	**1.106.981**	**537.802**
Total do passivo		**1.034.783**	**942.233**	**3.224.812**	**2.618.796**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Capital social		1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483
Ajuste de avaliação patrimonial		30.826	31.495	30.826	31.495
Prejuízos acumulados		(2.796.595)	(2.221.837)	(2.796.595)	(2.221.837)
	21	**(533.573)**	**41.854**	**(533.573)**	**41.854**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	30.820	35.711
Participação dos acionistas não controladores em ativos mantidos para negociação	–	–	–	–	9.855
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**501.210**	**984.087**	**2.722.059**	**2.706.216**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Operações continuadas	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	22	–	–	610.982	525.623
Custos de construção		–	–	(150.453)	(103.684)
Custos dos serviços prestados	23	–	–	(228.695)	(159.943)
Lucro bruto		**–**	**–**	**231.834**	**261.996**
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	12 (b)	(425.253)	(25.523)	–	–
Gerais e administrativas	23	(14.367)	(27.158)	(63.184)	(69.999)
Outras receitas e despesas, líquidas	23	(62.355)	869	(485.480)	(10.751)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		**(501.975)**	**(51.812)**	**(316.830)**	**181.246**
Resultado de participações societárias	–	–	–	(36.256)	(80.282)
Resultado financeiro, líquido	24	(71.218)	(40.827)	(203.786)	(190.087)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(573.193)**	**(92.639)**	**(556.872)**	**(89.123)**

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17	–	–	(4.652)	(7.839)
Prejuízo das operações continuadas		**(573.193)**	**(92.639)**	**(561.524)**	**(96.962)**
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	11	(4.263)	(12.807)	(14.411)	(7.481)
Prejuízo líquido do exercício		**(577.456)**	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(577.456)	(105.446)
Participação dos não controladores				1.785	1.483
Participação dos não controladores nos ativos mantidos para negociação				(264)	(480)
Prejuízo líquido do exercício				**(575.935)**	**(104.443)**
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$)	25	(2,69)	(0,49)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

		Atribuível aos acionistas da controladora						
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (Reapresentado)		**1.610.713**	**621.483**	**31.677**	**(2.116.391)**	**147.482**	**43.247**	**190.729**
Prejuízo do exercício das operações continuadas	–	–	–	–	(92.639)	**(92.639)**	1.483	**(91.156)**
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	–	–	–	–	(12.807)	**(12.807)**	(480)	**(13.287)**
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**–**	**(105.446)**	**(105.446)**	**1.003**	**(104.443)**
Ganho e perda na variação de participação de investidas	–	–	–	(182)	–	**(182)**	182	–
Aporte de não controladores em controladas	–	–	–	–	–	–	1.150	1.150
Outras transações com não controladores	–	–	–	–	–	–	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		**1.610.713**	**621.483**	**31.495**	**(2.221.837)**	**41.854**	**45.566**	**87.420**
Prejuízo do exercício das operações continuadas	–	–	–	–	(573.193)	**(573.193)**	1.785	**(571.408)**
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	–	–	–	–	(4.263)	**(4.263)**	(264)	**(4.527)**
Realização de ajuste de avaliação de controladas	–	–	–	(2.698)	2.698	**–**	–	**–**
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**(2.698)**	**(574.758)**	**(577.456)**	**1.521**	**(575.935)**
Ganho e perda na variação de participação de investidas	21 (b)	–	–	2.029	–	2.029	4.428	6.457
Redução de capital de não controladores em controladas	–	–	–	–	–	–	(6.432)	(6.432)
Outras transações com não controladores	–	–	–	–	–	–	(14.263)	(14.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.610.713**	**621.483**	**30.826**	**(2.796.595)**	**(533.573)**	**30.820**	**(502.753)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

… continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	**(577.456)**	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(577.456)	(105.446)	(577.456)	(105.446)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	1.521	1.003
	(577.456)	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(573.193)	(92.639)	(571.408)	(91.156)
Operações descontinuadas	(4.263)	(12.807)	(4.527)	(13.287)
Resultado abrangente do exercício	**(577.456)**	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

1. Informações Gerais – A OTP S.A., nova denominação da Odebrecht Transport S.A., aprovada em 15 de julho de 2021 ("Companhia" ou "OTP" e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, "Grupo"), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social: (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima. A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial ("Novonor"), nova denominação social da Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial. Em 17 de junho de 2019, a Novonor, juntamente com sua controladora direta ODBINV S.A., sua controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e mais 18 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP e as suas controladas, protocolaram pedidos de Recuperação Judicial. Posteriormente, uma das empresas solicitou desistência do pedido, após acordo firmado com os seus credores. Até o momento, foram aprovados e homologados os planos de Recuperação Judicial da Novonor e de mais 17 empresas, restando a homologação de 2 empresas controladas, as quais permanecem negociando com os seus credores. **(a) Contratos de Concessão: Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO")** A controlada indireta CRO foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a agência reguladora alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), incluindo obras de infraestrutura e duplicação da rodovia, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo para a CRO. A Administração da CRO entende que as penalidades, caso sejam impostas ou confirmadas no âmbito administrativo da ANTT, podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial, envolvendo, inclusive, o procedimento arbitral já instaurado. Como parte das tratativas da CRO junto à ANTT, em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, determinando um prazo de até 180 dias (vencido em 23 de setembro de 2021) para a conclusão de determinadas obras na rodovia e, paralelamente, que fosse apresentado um plano de trabalho para a retomada dos investimentos e o cumprimento das obrigações pendentes do Contrato de Concessão da CRO. Em 30 de março de 2021, em resposta à Deliberação no 105, respaldada pelo novo marco regulatório e diante da impossibilidade de conclusão das adequações no prazo definido pela ANTT, a CRO apresentou à ANTT uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), com reprogramação dos investimentos para saneamento das inexecuções contratuais e, como condição para a sua eficácia, a troca do controle acionário da CRO. Em 29 de abril de 2021, a ANTT reconheceu a admissibilidade do TAC e determinou que a CRO apresentasse minuta do referido termo para o início dos procedimentos administrativos correlacionados e subsequente submissão do TAC à consulta pública. A minuta do TAC foi elaborada pela CRO, apresentada, discutida e negociada com a ANTT e submetida à consulta pública para eventuais manifestações. Posteriormente, em 21 de outubro de 2021, em reunião da Diretoria Colegiada da ANTT, decidiu-se pela não deliberação do TAC e pela instauração do processo administrativo de caducidade da CRO, dando um prazo de 45 dias para manifestação da concessionária. Isso posto, em 09 de dezembro de 2021, a CRO protocolou junto à ANTT sua contestação em relação à instauração do processo administrativo de caducidade e apresentou um requerimento de instauração do processo de relicitação da concessão, nos termos do art. 14, § 2º da Lei 13.448/17, conforme detalhado a seguir. Diante desse cenário, não há como determinar como a CRO será afetada pelos resultados das discussões envolvidas com a ANNT, nos autos de infração, na arbitragem em andamento e por quaisquer outros desdobramentos em demais instâncias. Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela CRO, proibindo a ANTT de (i) aplicar penalidades contratuais, (ii) impor descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda (iii) executar a garantia em desfavor da concessionária, bem como determinou que fossem mantidas as condições tarifárias vigentes, até que fosse concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional proferiu a Ordem Processual nº 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente, o processo arbitral encontra-se na Ordem Processual nº 35, que dá sequência nos andamentos processuais para a realização das perícias deferidas pelo tribunal na fase de produção de provas. As provas deferidas de perícias até o momento foram: (i) econômico e financeira; (ii) ambiental; (iii) avaliação de imóveis; e (iv) engenharia de rodovias. Em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após as manifestações da União e da ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020, sendo a liminar requerida no agravo indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021 permanece vigente até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT. **Devolução Amigável:** A Companhia, em conjunto com a sua controlada direta OTP Rodovias S.A. (nova denominação social da Odebrecht Rodovias S.A, aprovada em 13 de setembro de 2021), empreendeu inúmeros esforços para promover a alienação de sua participação acionária na CRO. No entanto não obteve, até o momento, êxito nestas tratativas, sendo necessárias, desse modo, a adoção de certas providências para o início do processo administrativo de devolução amigável do Contrato de Concessão, mediante relicitação ("Processo de Devolução"). Nesse contexto, a CRO protocolou perante a ANTT, em 09 de dezembro de 2021, nos termos do art.14 § 2º da Lei nº 13.448/17, o requerimento formal quanto à intenção de aderir ao Processo de Devolução, condicionado à não oposição dos acionistas da OTP e dos credores da CRO, as quais foram confirmadas em dezembro de 2021. Destaca-se, no entanto, que o Procedimento de Devolução Amigável não vincula a CRO ou a ANTT, uma vez que a vinculação somente deverá ocorrer após a assinatura do Termo Aditivo, a ser negociado entre as partes. Com o protocolo do Processo de Devolução, a Companhia está em negociações para firmar um novo Termo de Inação com os Credores da CRO e com a Caixa Econômica Federal, até que os principais termos e condições da devolução sejam definidos, quando então será realizada uma reestruturação das dívidas financeiras da CRO. **Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH"):** A controlada direta CRH, foi constituída com o objeto de exploração, via parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, do Contorno Metropolitano Norte da região metropolitana de Belo Horizonte (MG), mediante realização de obras de implantação e de ampliação, prestação de serviços e atividades correlatas, além da exploração de fontes de receitas acessórias. Entretanto, como o Contrato de Concessão não foi assinado, não entrando, portanto, em eficácia, a Administração da Companhia recomendou e os acionistas da Companhia aprovaram a extinção da CRH, a qual foi concluída em 18 de junho de 2021. **Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO"):** A controlada indireta VLT GO, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP"), na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP, o que não ocorreu até o momento. Dessa forma, a Administração da Companhia celebrou acordo com terceiros para prospectar potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT GO ou, em caso de insucesso, na eventual rescisão do Contrato de PPP. **Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT RJ"):** A investida indireta VLT RJ, firmou com o Município do Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2013, Contrato de PPP, na modalidade concessão patrocinada, para realização de obras e fornecimento de material rodante, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de PPP do VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias. O contrato de financiamento celebrado pelo VLT RJ com o BNDES, mediante a Abertura de Crédito nº 15.2.0435.1 ("Contrato de Financiamento"), prevê a recomposição da Conta Suporte pelas Patrocinadoras do VLT RJ, em caso de insuficiência de saldo na referida conta. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por alguma Patrocinadora, as demais Patrocinadoras são chamadas a cobrir tal insuficiência e, ao fazê-lo, as acionistas/Patrocinadoras adimplentes adquirem automaticamente, com o valor aportado, as ações de titularidade da acionista cuja Patrocinadora tenha inadimplido com sua obrigação de suporte, por metade do valor patrimonial. Nessa sistemática, a acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua Conta Suporte fica sujeita à alienação compulsória das ações de sua titularidade para a acionista que promoveu a recomposição da Conta Suporte. Seguindo esse mecanismo contratual, como a Administração do VLT RJ deixou de amortizar as parcelas devidas do Contrato de Financiamento, a Acionista Controladora, CIIS – Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços ("CIIS"), empresa controlada da CCR S.A., passou a realizar aportes nas Contas Suportes, com a diluição das demais acionistas do VLT RJ, que não realizaram os correspondentes aportes. Dessa forma, a participação societária da Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM") vem sendo constantemente diluída, desde 2019, na medida em que a recomposição da Conta Suporte a ela vinculada está sendo realizada pela acionista CIIS. Em 31 de dezembro de 2021, a participação acionária da OM no capital social do VLT RJ era de 4,38%. Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado um procedimento arbitral pela Companhia e sua controlada OM, acionista direta do VLT RJ, em face da CIIS e do VLT RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM ("Requerentes") apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos ("MOU") celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de PPP, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas do VLT RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária no VLT RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assuma e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do VLT RJ ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do VLT RJ, e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração do VLT RJ e ratificado pelas suas acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, o VLT RJ apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, salientando que as Requerentes agiram em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital. Nos termos da Carta AST/DEMOB nº 040/2021, de 02 de julho de 2021, o BNDES autorizou, em 22 de junho de 2021, a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios, de 15 de julho até 15 de dezembro de 2021, com capitalização no saldo devedor, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, no âmbito do Contrato de Financiamento, e respectivos subcréditos, firmados com o VLT RJ. A pedido das partes, o Tribunal deferiu a suspensão da Arbitragem pelo prazo de 120 dias, a contar de 13 de dezembro de 2021. **Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia"):** A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objeto a execução do contrato celebrado junto ao Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros ("SUAPE") para arrendamento da área localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem ("Contrato de Arrendamento"). Em 03 de julho de 2019, foi aprovado o início dos trâmites para a resilição do Contrato de Arredamento, tendo, em 27 de agosto de 2019, sido protocolado o pedido de rescisão amigável, na Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"). O pedido de resilição considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados na construção e implantação do Terminal Açucareiro, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovia. Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a "Medida Cautelar" administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020, por meio da assinatura de Termo de Recebimento e do relatório técnico-fotográfico com a situação atual das instalações. Com tal medida, todas as obrigações contratuais do Contrato de Arrendamento foram suspensas. Em 01 de dezembro de 2021, foi concluída a análise do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), que apurou o montante a ser ressarcido à Agrovia, correspondente a R$ 42.312, na data base agosto de 2020. O processo retornará à SNPTA para que seja concluída a resilição, sendo estimado um trâmite não inferir a 90 dias, após o recebimento dos autos pelo Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão ("DGCO") da SNPTA. Também serão abordados na instrução pelo DGCO os aspectos sob a competência do Poder Concedente, quais sejam, eventual caducidade e forma de liquidação do montante a ser ressarcido à Agrovia. Atualmente, está previsto que parte do valor a ser ressarcido à Agrovia, em sede antecipação de receita, caberá ao novo arrendatário do Terminal Açucareiro, conforme minuta do Edital do Leilão SUA07, previsto para ser publicado no 1º semestre de 2022. A Administração da Agrovia espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de resilição que possam afetar de forma significativa as demonstrações contábeis da Companhia. **(b) Capital Circulante Líquido ("CCL"):** A Companhia e o Grupo encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2021 com o passivo circulante superior ao ativo circulante em R$ 811.162 (2020: R$ 818.346) e R$ 1.794.906 (2020: R$ 1.823.386), respectivamente. O excesso decorre principalmente dos empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia e da CRO. No caso da CRO, estava previsto em seu Plano de Negócios a captação de empréstimo de longo prazo para a liquidação dos empréstimos de curto prazo e financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão. No entanto, a deterioração dos cenários econômico e político do País trouxeram implicações diretas no mercado de crédito, impactando na estruturação e obtenção do financiamento de longo prazo pela CRO. A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua higidez financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dessa forma, a Companhia e suas controladas vêm simplificando suas estruturas, tendo como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a restruturação financeira das dívidas e a alienação do controle acionário ou devolução do Contrato de Concessão da CRO, conforme detalhado anteriormente. **(c) Transações e Eventos Societários Relevantes que impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:** Em 26 de abril de 2021, foi concluída a alienação da totalidade de ações detidas pela OTP Rodovias na Concessionária Bahia Norte ("CBN") e em 30 de abril de 2021 foi concluída a alienação das ações detidas pela OTP Rodovias na Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e na Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), com o recebimento de recursos financeiros no montante total de R$ 75.879. Com a alienação da participação societária, as garantias fidejussórias prestadas pela Companhia, no âmbito das dívidas da CRA, foram liberadas a partir de 29 de julho de 2021. Recuperação judicial da Rio Trens Participações S.A. ("RTP") e suas controladas: Em 07 de junho de 2021, a RTP e suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia"), investidas indiretas da Companhia, ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial. O pedido tem como objetivo principal preservar a prestação dos serviços de transporte aos milhares de passageiros de trens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e iniciar um novo ciclo de negociação junto aos credores e ao Poder Concedente, a fim de superar a atual crise financeira pela qual passam a RTP e suas controladas. A Supervia foi duramente impactada pelos efeitos da pandemia do COVID-19. Desde março de 2020 até 2 de junho de 2021, a empresa acumulou uma perda financeira de mais de R$ 474 milhões, resultado da redução de mais de 102 milhões de passageiros. Com o agravamento da pandemia e da crise econômica e social do Rio de Janeiro, a recuperação total do fluxo de passageiros está prevista apenas para ocorrer a partir de 2023. A Supervia, assim como todo o sistema de passageiros do Rio de Janeiro, não conta com qualquer subsídio do governo e se mantém basicamente com recursos da venda das passagens. As dívidas da empresa somam aproximadamente R$ 1,2 bilhão, principalmente com o BNDES. A Supervia segue buscando o necessário e urgente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro). Em 13 de abril de 2021, a Agetransp (Agência Reguladora dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro) reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Supervia no valor de R$ 216 milhões, que correspondente à complementação dos custos mínimos da concessionária para garantir a manutenção da operação durante a pandemia. A Supervia opera o serviço de trens urbanos no Rio de Janeiro e em mais onze municípios da Região Metropolitana, que incluem Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim, através de uma malha ferroviária de 270 quilômetros, dividida em cinco ramais, três extensões e 104 estações. **(d) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19):** Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio, pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), de que o surto do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. O Grupo vem acompanhando, juntamente com as suas investidas, os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus e adotando as medidas necessárias para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e a segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção das suas operações. **Saúde:** Em aderência às recomendações de segurança e controle, a Companhia e suas controladas adotaram medidas com o objetivo de proteger a saúde dos seus integrantes e de seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais classificados como grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção, intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio, divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias, adoção do regime de teletrabalho ("home office") para todos os profissionais com possibilidade para realizar suas atividades nessa modalidade de trabalho, adoção de turnos

continua …

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(573.193)**	**(92.639)**	**(556.872)**	**(89.123)**
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação e das operações descontinuadas	(4.263)	(12.807)	(14.411)	(6.660)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Resultado de participações societárias	425.253	25.523	36.256	80.282
Depreciação e amortização	2.412	4.122	61.741	56.936
Ajuste a valor presente	1.385	1.218	(7.902)	1.603
Juros e variações monetárias, líquidos	56.299	33.492	175.866	179.564
Resultado com alteração de participação societária	–	–	(5.137)	7.158
Provisão para conserva	–	–	55.609	(15.881)
Impairment	58.741	–	472.889	3.952
Outros	19.152	4.205	27.909	597
Prejuízo ajustado das operações	**(9.951)**	**(24.079)**	**260.359**	**225.088**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação e das operações descontinuadas	4.263	5.541	15.334	6.812
Prejuízo ajustado dos ativos mantidos para negociação e das operações descontinuadas	**–**	**(7.266)**	**923**	**152**
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(3.643)	(4.456)
Demais contas a receber	39.053	37.525	68.498	64.948
Tributos a recuperar	(12)	4.440	(2.810)	5.014
Outros ativos	(832)	(296)	(11.470)	(1.346)
Fornecedores	350	338	22.608	19.790
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	1.300	(687)	(88)	(5.132)
Outros passivos	5	4.922	717	5.066
Caixa proveniente das operações	**39.864**	**46.242**	**73.812**	**83.884**
Pagamento de juros e encargos financeiros	–	–	(49.288)	(45.742)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	–	(4.020)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**29.913**	**22.163**	**284.883**	**259.210**
Variações nos ativos e passivos dos ativos mantidos para negociação	–	–	(4.498)	6.090
Juros pagos pelos ativos mantidos para negociação	–	–	(1.666)	(773)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação	**–**	**(7.266)**	**(5.241)**	**5.469**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	(1.211)	(4.474)	–	(7.755)
Redução de capital social em investidas	12.476	240	–	–
Adições ao imobilizado	–	–	(1.144)	(404)
Adições ao intangível	–	–	(164.104)	(104.469)
Aplicações financeiras	–	–	–	96.584
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**11.265**	**(4.234)**	**(165.248)**	**(16.044)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação	**–**	**–**	**75.368**	**(663)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dívidas de curto e longo prazos, líquida				
Amortização de principal	(21.268)	–	(74.238)	(157.768)
Pagamento de custos de transação	–	–	(4.496)	(10.249)
Arrendamento mercantil	(5.515)	(2.520)	(17.886)	(13.058)
Partes relacionadas				
Recursos liberados	(1.273)	(2.022)	–	(1.047)
Recursos recebidos	39.733	–	–	–
Pagamento de garantias para investidas	–	–	–	(3.952)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**11.677**	**(4.542)**	**(96.620)**	**(186.074)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação	**–**	**–**	**12**	**545**
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	–	–	1.313	(5.351)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**52.855**	**6.121**	**94.467**	**57.092**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.711	20.590	99.670	42.578
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	79.566	26.711	194.137	99.670
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**52.855**	**6.121**	**94.467**	**57.092**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office, suspensão de viagens não essenciais, suspensão de eventos e reuniões presenciais, disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência. A CRO aprimorou as medidas no combate do COVID-19, com instalação de proteção de acrílico transparente entre as baias conjugadas de trabalho dos integrantes, aferição de temperatura, afastamento integral das gestantes, reforço nas campanhas educativas, prevenção, e a importância da vacinação, apoio junto a entidades de classe para priorização da vacinação de nossos integrantes, assim como instalação de contêiner ambulatório em sua sede, contratação de profissionais da Saúde, aquisição de mil testes rápidos antígeno Covid-19 (Swab Nasofaríngeo), contratação de fisioterapeuta para integrantes em estado grave, e retorno de UTI e auxílio na compra de medicamentos anti-inflamatórios de alto custo. **Fluxo de Caixa:** Com a finalidade de manter os compromissos financeiros e a manutenção dos empregos, os fluxos de caixa da Controladora e de suas empresas controladas veem sendo reprogramados, por meio da postergação de investimentos não essenciais e da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos, da renegociação com instituições financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras e de outras ações operacionais. **Operações:** À medida em que houve avanço na vacinação para combate ao COVID-19 e a redução nos números de internações e óbitos, as atividades operacionais foram sendo liberadas e a economia retomada. Nessa linha, a CRO fechou o ano de 2021 com um crescimento total 9% no fluxo de tráfego dos veículos frente ao ano de 2020, marcado por restrições oriundas de medidas de biossegurança e consequente paralização de diversas atividades. Este crescimento ocorreu, principalmente, em decorrência do setor de agronegócios, da retomada na prestação de serviços essenciais e na melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional ao longo do ano. **(e) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas: Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação:** A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de seus ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017 ("Plano de Alienação"). Neste contexto, em abril de 2021, foram concluídas as alienações das participações acionárias, detidas pela OTP Rodovias, nas empresas CRA, CBN e CRC. No primeiro semestre de 2021, também houve um significativo avanço no processo de alienação da participação acionária da OTP Rodovias na CRO, com boas expectativas de concretização até o final de 2021. No entanto, conforme apresentado na Nota 1(a), o processo de alienação não evoluiu da forma esperada ao longo do 2º semestre de 2021, não havendo atualmente expectativas quanto à sua efetivação. Com isso, os saldos dos investimentos que haviam sido apresentados em linha específica nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021, tanto no balanço patrimonial como na demonstração dos resultados, deixaram de ser apresentados em rubrica em separado. **Operações Descontinuadas:** Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovia buscou alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, mesmo com a eventual diversificação das cargas, não foi possível obter a viabilidade do Terminal de Açúcar, tendo em vista as substanciais alterações que seriam necessárias ao objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração decidiu paralisar as operações do referido Terminal de Açúcar. Tendo em vista a paralização das atividades, os resultados da Agrovia estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações dos resultados do exercício e no fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação". Por sua vez, os ativos e os passivos da Agrovia continuam a ser refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme apresentados a seguir: Em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos e passivos da Agrovia, refletidos nestas demonstrações contábeis, eram:

Ativo	**2021**	**2020**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	46	54
Tributos a recuperar	2.171	2.171
Outros ativos	–	10
	2.217	**2.235**
Ativo não circulante		
Imobilizado	55.367	55.369
Intangível	8	13
	55.375	**55.382**
Total do ativo	**57.592**	**57.617**

Passivo e patrimônio líquido	**2021**	**2020**
Passivo circulante		
Fornecedores e contas a pagar	1.769	2.023
Debêntures	53.791	50.308
Obrigações sociais e trabalhistas	30	123
Impostos, taxas e contribuições sociais	150	136
	55.740	**52.590**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	2.907	1.603
Impostos, taxas e contribuições sociais	1.737	1.862
	4.644	**3.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	63.356	61.953
Prejuízos acumulados	(66.148)	(60.391)
	(2.792)	**1.562**
Total do passivo e patrimônio líquido	**57.592**	**57.617**

(f) Acordos com Autoridades, Governança e *Compliance:* Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se pelos atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou um acordo próprio. Dessa forma, em 2017, como parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020. Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro. A Companhia, juntamente com as suas empresas controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado pela Companhia, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Na medida em que a Companhia, suas empresas controladas e nenhum administrador sofreu condenação, bem como não tem conhecimento de processos em curso envolvendo os mesmos, não há como determinar se haverá, para a Companhia e suas empresas controladas, algum impacto oriundo dos resultados do referido Acordo e de seus eventuais desdobramentos. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso eventualmente existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas empresas controladas e, consequentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 25 de março de 2022. **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. Conforme descrito na Nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.2. Demonstrações Contábeis Individuais:** As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações Contábeis Consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro de 2021:

		Participação no capital social(%)	
Companhias consolidadas diretamente	**País**	**2021**	**2020**
Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH") (i)	Brasil	–	60,00
OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	95,47	95,38
Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV")	Brasil	100,00	100,00
Companhias consolidadas indiretamente			
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") (ii)	Brasil	–	74,13
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO")	Brasil	100,00	100,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha6")	Brasil	42,00	42,00

(i) Empresa extinta em 18 de junho de 2021. (ii) Investimento alienado em 26 de abril de 2021. **2.4. Reapresentação:** Conforme mencionado na Nota 21, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a reclassificação contábil de ajustes de avaliação patrimonial de competência de exercícios anteriores a 2020 para a rubrica de prejuízos acumulados. Desta forma, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. **2.6. Ativo Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.7. Benefícios a Empregados: a) Participação nos Lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **b) Obrigações de Aposentadoria:** O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty") (antiga Odebrecht Previdência S.A.), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a Empregados. **2.8. Novas Normas e Pronunciamentos Contábeis Ainda Não Adotados:** Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, a saber: • **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Referência à Estrutura Conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023. • **IFRS 17 Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas. **a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos ("*Impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável. O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidas estão apresentadas na Nota 17. **c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis:** A amortização dos ativos intangíveis reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos serão consumidos ou o prazo final da concessão, dos dois o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do setor. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **e) Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias:** A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. **f) Provisão para Conserva Especial:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia e suas controladas define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

4. Gestão de Risco Financeiro – 4.1. Fatores de Risco Financeiro: a) Considerações Gerais: As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para os diferentes negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços. A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. **c) Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios. **d) Risco de Crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o respectivo Patrimônio Líquido das contrapartes. **e) Risco de Mercado/Taxas de Juros:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. As dívidas atualmente contratadas estão sujeitas às variações da Taxa de Longo Prazo ("TLP"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), do Certificado de Depósito Bancário ("CDI") e da Taxa de Depósito Interfinanceiro ("DI"). Com a celebração do Instrumento de Inação pela CRO, mencionada na Nota 15, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o valor do principal, que passou a utilizar o DI, em substituição à Taxa de Longo Prazo ("TLP"). As empresas controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA, sendo essa a situação na maioria dos casos das empresas da Companhia. **4.2. Gestão de Capital – Consolidado:** Os objetivos da Companhia e de suas empresas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos. A Companhia e suas empresas controladas monitoram a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total, o qual é representado pela soma do Patrimônio Líquido consolidado. O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

	Nota	**2021**	**2020**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.915.467	1.867.637
Caixa e equivalentes de caixa	6	(194.137)	(99.670)
Aplicações financeiras	7	(133.929)	(130.349)
Dívida líquida		**1.587.401**	**1.637.618**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	21	(502.753)	87.420
Total do capital próprio e de terceiros		1.084.648	1.725.038
Índice de alavancagem financeira – %		**146%**	**95%**

5. Instrumentos Financeiros por Categoria – Consolidado – A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

		Consolidado			
		Ativos ao valor justo por meio do resultado		**Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado**	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	–	194.137	99.670
Aplicações financeiras	7	133.929	130.349	–	–
Contas a receber	8	–	–	23.640	19.997
Demais contas a receber	9	–	–	132.327	192.771
Outros ativos		–	–	29.940	17.138
		133.929	**130.349**	**380.044**	**329.576**
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	–	1.915.467	1.867.637
Fornecedores	–	–	–	138.503	115.895
Arrendamento mercantil operacional	16	–	–	27.413	33.140
Partes relacionadas	10	–	–	41.820	33.752
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	–	–	40.758	27.817
		–	**–**	**2.163.961**	**2.078.241**

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Recursos em bancos e em caixa	669	2.690	41.352	33.685
Aplicações financeiras (a)	78.897	24.021	152.785	65.985
	79.566	**26.711**	**194.137**	**99.670**

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2021, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 96% e 127% do CDI (2020: 96% e 142% do CDI).

7. Aplicações Financeiras – Consolidado

	2021	**2020**
Títulos de valores mobiliários (a)	133.929	130.349
	133.929	**130.349**

(a) Representa o valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). Em 2021, a variação das cotas foi de R$ 3.580 (2020: R$ 13.102), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB. A CRB era controlada integral da OTP Rodovias, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. O Contrato de Concessão, assinado em abril de 2009, tem como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

8. Contas a Receber – Consolidado

	2021	**2020**
Meios de pagamentos eletrônicos	20.207	16.477
Outros	3.433	3.520
	23.640	**19.997**

O contas a receber é registrado pelos respectivos valores faturados e estão representados substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio (a receber pela CRO). Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua avaliação de risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas desse crédito, tomando como base para essa avaliação, entre outros aspectos, (i) as informações históricas sobre os índices de inadimplência observados, (ii) a tradição e a reputação no mercado das contrapartes e (iii) informações publicadas na mídia e veículos especializados sobre as contrapartes.

9. Demais Contas a Receber

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Linha Universidade S.A.	75.456	109.917	132.327	192.771
	75.456	**109.917**	**132.327**	**192.771**
Ativo circulante	37.718	36.639	66.142	64.257
Ativo não circulante	37.738	73.278	66.185	128.514

A Companhia e a sua controlada Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM") possuem valores a receber em decorrência da cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo, que era detido pela Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP"). Tais valores decorrem basicamente dos pagamentos efetuados às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, em decorrência da execução de garantias financeiras previamente outorgadas pelos acionistas da Move SP. Os valores são devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão, as obrigações de pagamento

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

… continuação **OTP S.A.** (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

da Move SP para suas acionistas foram assumidas pela Linha Universidade S.A., subsidiária da empresa Acciona Construcción S.A., dividido em 4 parcelas remuneradas a 3% a.a., tendo a primeira parcela sido paga em outubro de 2020 e a segunda em novembro de 2021, nos montantes de R$ 63.797 e R$ 68.498 respectivamente.

10. Partes Relacionadas

Controladora	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Resultado**
	Outros ativos	**Partes relacionadas**	**Forne-cedores**	**Partes relacionadas**	**Tran-sações**
Agrovia (a)	–	2.908	–	–	157
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	279	–	–	–	–
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	1.167	–	1.212	–	(528)
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	137	–	–	–	–
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (c)	73	–	–	12.006	(2.316)
Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM”) (a)	1.907	1.247	121	–	(55)
Odebrecht Overseas Ltd (“OOL”) (c)	–	–	–	29.814	(5.751)
OTP Rodovias (b) (f)	1.080	–	17	39.733	(49)
31 de dezembro de 2021	**4.643**	**4.155**	**1.350**	**81.553**	**(8.542)**
31 de dezembro de 2020	**3.537**	**58.013**	**1.587**	**33.752**	**(3.466)**

Consolidado	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Resultado**
	Outros ativos	**Adiantamento a fornecedores**	**Forne-cedores**	**Partes rela-cionadas**	**Tran-sações**
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	314	–	–	–	–
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b) (d)	1.194	71.402	2.411	–	(387)
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	351	–	–	–	–
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (c) (e)	73	–	103.326	12.006	(18.545)
Odebrecht Overseas Ltd (“OOL”) (c)	–	–	–	29.814	(5.751)
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (b)	2	–	4.827	–	–
31 de dezembro de 2021	**1.934**	**71.402**	**110.564**	**41.820**	**(24.683)**
31 de dezembro de 2020	**1.914**	**71.402**	**90.319**	**33.752**	**5.493**

(a) Os valores apresentados em Partes relacionadas (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com a Agrovia e com a OM, remuneradas a taxas de mercado, que são eliminados no Consolidado. Em 2021, a Companhia realizou uma provisão para perdas referente aos mútuos a receber da CRO, no montante de R$ 58.482. (b) Os valores apresentados em Outros ativos, Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas. (c) Os valores devidos à OECI e à OOL em Partes relacionadas decorrem, respectivamente, da cessão de recebíveis e da alienação de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle acionário da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Supervia”). (d) O valor de Adiantamento a fornecedores (no Consolidado) refere-se a adiantamentos contratuais realizados pela CRO para a execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT (“Contrato EPC”), o qual está registrado como custo do ativo de contrato. Esse valor deve ser compensado com os valores contratuais devidos à OECI, conforme detalhado no item (e) abaixo, além das obrigações contratuais da CRO com a CNO, a serem endereçadas com o término do referido Contrato de EPC. (e) O valor apresentado em Fornecedores (no Consolidado) decorre de obrigações contratuais devidas pela CRO para a OECI em função da contratação para a execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT (“Contrato EPC”), realizada conforme critérios de mercado e especificações técnicas. (f) O valor apresentado em Partes relacionadas (na Controladora) refere-se às operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação da CRC, CBN e CRA, pela OTP Rodovias, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras da Companhia.

11. Ativos Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas – Em 31 de dezembro de 2020, os “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” incluíam os saldos de investimentos nas empresas CBN, CRA e CRC, cujas alienações foram concluídas em abril de 2021. Os ativos estavam sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, conforme o valor de recuperabilidade (*impairment*). Os resultados dos “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” estão apresentados na rubrica “Operações Descontinuadas” na demonstração dos resultados e os ativos e passivos estão apresentados, respectivamente, nas rubricas “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” e “Passivos Relacionados a Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação” no balanço patrimonial, conforme detalhados nos itens (a) e (b) a seguir. Adicionalmente, tendo em vista a paralização das operações da Agrovia, em virtude do processo de resilição do contrato de arrendamento e consequente descontinuidade das operações, os resultados apurados e os fluxos de caixa passaram a ser apresentados de forma consolidada, sendo os efeitos detalhados no item (b) a seguir.

a) Saldo Patrimonial em 31 de dezembro

				2020
Ativo	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	–	9.634	–	9.634
Contas a receber	–	2.492	–	2.492
Tributos a recuperar	–	241	–	241
Outros ativos	–	103	–	103
Ativo circulante	**–**	**12.470**	**–**	**12.470**
Aplicações financeiras	–	7.969	–	7.969
Partes relacionadas	–	–	–	–
Impairment	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	2.952	–	2.952
Outros ativos	–	532	–	532
Investimento	71.812	–	(28.238)	43.574
Imobilizado	–	178	–	178
Intangível	–	62.210	–	62.210
Ativo não circulante	**71.812**	**73.841**	**(28.238)**	**117.415**
Total do ativo	**71.812**	**86.311**	**(28.238)**	**129.885**

				2020
Passivo	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**Total**
Fornecedores	–	310	–	310
Empréstimos e financiamentos	–	3.724	–	3.724
Partes relacionadas	–	33	–	33
Impostos, taxas e contribuições sociais	–	296	–	296
Obrigações sociais e trabalhistas	–	290	–	290
Outros passivos	–	1.302	–	1.302
Passivo circulante	**–**	**5.955**	**–**	**5.955**
Empréstimos e financiamentos	–	38.062	–	38.062
Partes relacionadas	–	896	–	896
Provisão para contingências	–	1.039	–	1.039
Outros passivos	–	2.267	–	2.267
Passivo não circulante	**–**	**42.264**	**–**	**42.264**
Total do passivo	**–**	**48.219**	**–**	**48.219**
Patrimônio líquido não controladores	–	–	9.855	9.855
Total do passivo e patrimônio líquido	**–**	**48.219**	**9.855**	**58.074**

b) Demonstração dos Resultados do Exercício Findo em 31 de dezembro

								2021
	Ativos circulantes mantidos para negociação				**Operação descontinuada**			**Total de**
Operações descontinuadas	**OTP**	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**OTP**	**Agrovia**	**Eliminações**	**efeitos**
Receita líquida	–	–	5.810	–	–	–	–	5.810
Custo dos serviços prestados	–	–	(3.215)	–	–	(2)	–	(3.217)
Lucro (prejuízo) bruto	**–**	**–**	**2.595**	**–**	**–**	**(2)**	**–**	**2.593**
Despesas gerais e administrativas	–	–	(1.599)	–	–	(953)	–	(2.552)
Resultado operacional	**–**	**–**	**996**	**–**	**–**	**(955)**	**–**	**41**
Equivalência patrimonial	–	–	–	–	(5.493)	–	5.493	–
Alienação de investimentos	–	(9.884)		(23)	–	–	–	(9.907)
Impairment	–	–		–	1.489	–	–	1.489
Resultado financeiro líquido	(417)	–	(973)	–	158	(4.802)	–	(6.034)
Resultado antes do impostos	**(417)**	**(9.884)**	**23**	**(23)**	**(3.846)**	**(5.757)**	**5.493**	**(14.411)**
Lucro (prejuízo) do exercício	**(417)**	**(9.884)**	**23**	**(23)**	**(3.846)**	**(5.757)**	**5.493**	**(14.411)**

							2020
	Ativos circulantes mantidos para negociação			**Operação descontinuada**			**Total de**
Operações descontinuadas	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**OTP**	**Agrovia**	**Eliminações**	**efeitos**
Receita líquida	–	18.781	–	–	–	–	18.781
Custo dos serviços prestados	–	(8.646)	–	–	(1.443)	–	(10.089)
Lucro (prejuízo) bruto	**–**	10.135	**–**	**–**	(1.443)	**–**	8.692
Despesas gerais e administrativas	–	(4.190)	–	(7.266)	(2.283)	–	(13.739)
Resultado operacional	**–**	5.945	**–**	(7.266)	(3.726)	**–**	(5.047)
Equivalência patrimonial	(7.037)	–	(1.374)	(7.272)	–	7.272	(8.411)
Alienação de investimentos	–	–	–	–	–	–	–
Impairment	12.254	–	–	1.731	–	–	13.985
Resultado financeiro líquido	–	(3.270)	–	–	(3.917)	–	(7.187)
Resultado antes do impostos	5.217	2.675	(1.374)	(12.807)	(7.643)	7.272	(6.660)
Lucro (prejuízo) do exercício	5.217	1.854	(1.374)	(12.807)	(7.643)	7.272	(7.481)

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro

								2021
	Ativos circulantes mantidos para negociação				**Operação descontinuada**			
	OTP	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Elimi-nações**	**OTP**	**Agrovia**	**Elimi-nações**	**Total de efeitos**
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(417)**	**(9.884)**	**23**	**(23)**	**(3.846)**	**(5.757)**	**5.493**	**(14.411)**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício								
Depreciação e amortização	–	–	1.268	–	–	7	–	1.275
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	417	–	1.082	–	(158)	4.787	–	6.128
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–	5.493	–	(5.493)	–
Provisão para contingências	–	–		–	–	(585)	–	(585)
Provisão para conserva	–	–	102	–	–	–	–	102
Baixa de investimentos	–	9.884	–	23	–	–	–	9.907
Impairment	–	–	–	–	(1.489)	–	–	(1.489)
Outros	–	–	(4)	–	–	–	–	(4)
Total de ajustes para reconciliação	**417**	**9.884**	**2.448**	**23**	**3.846**	**4.209**	**(5.493)**	**15.334**
Variação nos ativos e passivos	**–**	**(4.427)**	**(208)**	**–**	**–**	**137**	**–**	**(4.498)**
Caixa proveniente das operações	**–**	**(4.427)**	**2.263**	**–**	**–**	**(1.411)**	**–**	**(3.575)**
Juros pagos	–	–	(1.212)	–	–	(454)	–	(1.666)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**–**	**(4.427)**	**1.051**	**–**	**–**	**(1.865)**	**–**	**(5.241)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Adições ao imobilizado	–	–	(14)	–	–	–	–	(14)
Adições ao intangível	–	–	(448)	–	–	–	–	(448)
Alienação de investimentos		75.879		–				75.879
Aplicações financeiras	–	–	(49)	–	–	–	–	(49)
	–	75.879	(511)	–	–	–	–	75.368
Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Amortização de empréstimos	–	–	(1.641)	–	–	(693)	–	(2.334)
Arrendamento mercantil	–	–	(204)	–	–	–	–	(204)
Recursos recebidos	–	–	–	–	–	1.147	–	1.147
Aumento de capital social	–	–	–	–	–	1.403	–	1.403
	–	–	(1.845)	–	–	1.857	–	12
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	–	–	**1.305**	–	–	8	–	1.313
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**–**	**71.452**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**71.452**

							2020
	Ativos circulantes mantidos para negociação			**Operação descontinuada**			
	OTP Rodovias	**CRC**	**Elimi-nações**	**OTP**	**Agrovia**	**Elimi-nações**	**Total de efeitos**
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**5.217**	**2.675**	**(1.374)**	**(12.807)**	**(7.643)**	**7.272**	**(6.660)**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício							
Depreciação e amortização	–	3.818	–	–	1.383	–	5.201
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	–	3.595	–	–	2.883	–	6.478
Resultado de equivalência patrimonial	7.037	–	1.374	7.272	–	(7.272)	8.411
Provisão para contingências	–	86	–	–	(48)	–	38
Impairment	(12.254)	–	–	(1.731)	–	–	(13.985)
Ajuste valor justo	–	–	–	–	270	–	270
Outros	–	399	–	–	–	–	399
Total de ajustes para reconciliação	**(5.217)**	**7.898**	**1.374**	**5.541**	**4.488**	**(7.272)**	**6.812**
Variação nos ativos e passivos	**–**	**(1.232)**	**–**	**7.266**	**56**	**–**	**6.090**
Caixa proveniente das operações	**–**	**9.341**	**–**	**–**	**(3.099)**	**–**	**6.242**
Juros pagos	–	(773)	–	–	–	–	(773)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**–**	**8.568**	**–**	**–**	**(3.099)**	**–**	**5.469**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Adições ao imobilizado	–	(53)	–	–	–	–	(53)
Adições ao intangível	–	(426)	–	–	–	–	(426)
Aplicações financeiras	–	(184)	–	–	–	–	(184)
	–	**(663)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(663)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Partes relacionadas	–	33	–	–	–	–	33
Amortização de empréstimos	–	(792)	–	–	–	–	(792)
Arrendamento mercantil	–	(545)	–	–	(1.143)	–	(1.688)
Pagamento de dividendos	–	(1.016)	–	–	–	–	(1.016)
Aumento de capital social	–	–	–	–	4.008	–	4.008
	–	**(2.320)**	**–**	**–**	**2.865**	**–**	**545**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**–**	**5.585**	**–**	**–**	**(234)**	**–**	**5.351**

12. Investimentos – a) Informações Sobre as Investidas – Controladora

	Quantidade de ações possuídas		**Participação direta (%)**		**Patrimônio líquido**		**Lucro (prejuízo) líquido ajustado do exercício**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Agrovia do Nordeste S.A.	53.940.447	52.537.447	95,46	95,34	(2.793)	1.561	(5.757)	(7.643)
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	–	360.000	–	60,00	–	848	(23)	(31)
Odebrecht Mobilidade S.A.	54.508.258	66.508.258	60,00	60,00	95.010	111.580	(1.176)	3.353
OTP Rodovias S.A.	1.202.509.106	1.202.509.106	100,00	100,00	179.550	208.722	(417.648)	(388.929)
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	81.844	90.197	(8.352)	(27.121)

b) Movimentação dos Investimentos – Controladora

Investimentos	**Saldo no início do exercício**	**Adições**	**Baixas**	**Redução de capital (Nota 10(c))**	**Equivalência patrimonial**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Operações descon-tinuadas**	**Outros**	**Saldo no final do exercício**
Agrovia do Nordeste S.A.	–	1.211	–	–	–	(56)	(1.155)	–	–
Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”)	2.668	–	–	–	–	–	–	–	2.668
Concessionária Rota das Horizonte S.A. (i)	490	–	(476)	–	(51)	–	–	37	–
Odebrecht Mobilidade S.A.	66.948	–	–	(12.000)	799	2.094	–	(835)	57.006
OTP Rodovias S.A.	597.198	–	–	–	(417.648)	–	–	–	179.550
OTP SPV Participações S.A.	90.197	–	–	–	(8.353)	–	–	–	81.844
	757.501	**1.211**	**(476)**	**(12.000)**	**(425.253)**	**2.038**	**(1.155)**	**(798)**	**321.068**
Provisão para perda de investimento									
Agrovia do Nordeste S.A.	–	192	–	–	–	(9)	(2.849)	–	(2.666)
31 de dezembro de 2021	**757.501**	**1.403**	**(476)**	**(12.000)**	**(425.253)**	**2.029**	**(4.004)**	**(798)**	**318.402**
31 de dezembro de 2020	**782.798**	**4.474**	**(240)**	**–**	**(25.523)**	**(182)**	**(3.826)**	**–**	**757.501**

(i) Empresa extinta em 18 de junho de 2021, com devolução à OTP, do montante de R$ 476. **a) c) Movimentação Societárias – Controladora:** Ao longo de 2021, a Companhia subscreveu 1.403.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R$ 1.403, que foram totalmente integralizadas em moeda nacional corrente, sendo o recurso destinado à cobertura de despesas ordinárias da controlada. Em 18 de janeiro de 2021, foi aprovada a redução de capital da OM, no montante de R$ 20.000, com o cancelamento de 20.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante devolução de forma proporcional à participação dos acionistas, realizada nos dias 23 e 24 de março de 2021, sendo R$ 12.000 para a Companhia e R$ 8.000 ao acionista minoritário.

d) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos – Consolidado	**2021**	**2020**
CLN	2.668	2.668
Move SP (*)	4.064	–
RTP (**)	81.844	90.197
Total dos investimentos	**88.576**	**92.865**

(*) Em 2021, a controlada OML6 reverteu o *impairment* do investimento detido na MSP, tendo em vista a sua previsão de recuperabilidade. (**) Participação residual indireta na Supervia detida pela OTP SPV, após a alienação do controle. No exercício findo em 2021, foi apropriada equivalência patrimonial negativa no montante de R$ 8.346.

13. Imobilizado – Consolidado

	Edificações e benfei-torias	**Máquinas, equipamentos e instalações**	**Móveis e utensílios**	**Veículos e embarcações**	**Direito de uso (**)**	**Total**
Custo	38.303	36.346	1.668	4.246	31.821	112.416
Depreciação acumulada	(3.652)	(9.846)	(1.149)	(2.558)	(4.558)	(21.795)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**34.651**	**26.500**	**519**	**1.688**	**27.263**	**90.621**
Adições	162	227	11	4	–	404
Baixas, líquidas de depreciação	(8)	–	–	–	(2.588)	(2.596)
Operação descontinuada (*)	(9)	(75)	(2)	–	(1.294)	(1.380)
Depreciação	(507)	(418)	(131)	(462)	(3.511)	(5.029)
Saldo	**34.289**	**26.234**	**397**	**1.230**	**19.870**	**82.020**
Custo	40.250	33.901	1.333	2.581	25.999	104.064
Depreciação acumulada	(5.961)	(7.667)	(936)	(1.351)	(6.129)	(22.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**34.289**	**26.234**	**397**	**1.230**	**19.870**	**82.020**
Adições	77	762	19	286	921	2.065
Baixas, líquidas de depreciação	(4.091)	–	–	(102)	(6.252)	(10.445)
Depreciação	(302)	(370)	(118)	(443)	(2.118)	(3.351)
Saldo	**29.973**	**26.626**	**298**	**971**	**12.421**	**70.289**
Custo	32.293	34.662	1.353	2.533	16.218	87.059
Depreciação acumulada	(2.320)	(8.036)	(1.055)	(1.562)	(3.797)	(16.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**29.973**	**26.626**	**298**	**971**	**12.421**	**70.289**

(*) Referem-se aos saldos e/ou movimentações das controladas CRC e Agrovia que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas (Nota 11). **(**)** Representa os direitos de uso relativos aos contratos de arrendamento mercantil.

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

14. Intangível – Consolidado – a) Composição

	Consolidado	
	2021	**2020**
Infraestrutura (b)	1.982.524	1.882.021
Direito de uso	11.127	9.735
Outros	3.146	422
	1.996.797	**1.892.178**

b) Infraestrutura: Representa os custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da CRO. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

			2021	2020
	Custo	**Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Adiantamentos	72.043	–	72.043	951.631
Melhoramentos	901.006	(89.682)	811.324	68.643
Operação	98.708	(20.327)	78.381	789.672
Recuperação	1.145.321	(124.545)	1.020.776	72.075
	2.217.078	**(234.554)**	**1.982.524**	**1.882.021**

c) Movimentação

	Infraes-trutura	Direito de uso	Software e outros	Total
Custo	1.955.003	27.190	1.019	1.983.212
Amortização acumulada	(130.076)	(9.237)	(629)	(139.942)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**1.824.927**	**17.953**	**390**	**1.843.270**
Adições	103.684	3.510	204	107.398
Baixas, líquidas de amortização	(3.513)	(141)	–	(3.654)
Amortização (**)	(43.077)	(11.587)	(172)	(54.836)
Saldo	**1.882.021**	**9.735**	**422**	**1.892.178**
Custo	2.067.731	32.419	1.224	2.101.374
Amortização acumulada	(185.710)	(22.684)	(802)	(209.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.882.021**	**9.735**	**422**	**1.892.178**
Adições (*)	150.887	12.988	3.175	167.050
Baixas, líquidas de amortização	(1.072)	–	(23)	(1.095)
Amortização (**)	(49.312)	(11.596)	(428)	(61.336)
Saldo	**1.982.524**	**11.127**	**3.146**	**1.996.797**
Custo	2.217.078	45.407	4.376	2.266.861
Amortização acumulada	(234.554)	(34.280)	(1.230)	(270.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.982.524**	**11.127**	**3.146**	**1.996.797**

(*) As adições em Infraestrutura referem-se a obras de ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT. Em 2021, do montante total das adições, apenas R$ 164.104 (2020: R$ 104.469) representaram impacto no impacto no caixa no exercício. (**) Parte da amortização relativa aos Direitos de uso, no montante de R$ 2.946 (2020: R$ 2.929), foi apropriada ao Ativo Intangível.

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Corporativo (b)	911.413	876.255	911.413	876.255
Captações estruturadas (c)	–	–	53.791	50.308
Capital de giro e Empréstimo Ponte (d)	–	–	950.263	946.361
(-) Custo de transação (e)	–	–	–	(5.287)
	911.413	**876.255**	**1.915.467**	**1.867.637**
Passivo circulante	911.413	876.255	1.915.467	1.867.637
Passivo não circulante	–	–	–	–

a) Movimentação	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial	**876.255**	**836.018**	**1.867.637**	**1.889.086**
Amortização de principal	(21.268)	–	(74.238)	(157.768)
Apropriação de juros	56.426	39.852	166.069	167.882
Pagamento de juros	–	–	(49.288)	(45.742)
Custos de transação	–	–	(4.496)	(10.249)
Amortização do custo	–	385	9.783	24.428
Saldo final	**911.413**	**876.255**	**1.915.467**	**1.867.637**

b) Corporativo: A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R$ 210.455 (2020 – R$ 203.787), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, no montante de R$ 700.952 (2020 – R$ 672.468), com remuneração de CDI + 2,28% a.a.. Em 31 de dezembro de 2021, estava sendo negociada a prorrogação do prazo de vencimento junto ao Banco do Brasil, a qual será provavelmente formalizada após definição dos termos e condições do Processo de Devolução da CRO. Já para as debêntures privadas subscritas pelo Bradesco, a última prorrogação de vencimento foi feita para o dia 15 de março de 2022, conforme Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") realizada em 15 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures subscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações financeiras da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual ("*waiver*"). **c) Captações Estruturadas:** A Agrovia emitiu debêntures para a construção de infraestrutura no montante de R$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 53.791 (2020 – R$ 50.308), sendo o prazo de vencimento em 15 de março de 2022, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de dezembro de 2021. **d) Capital de Giro e Empréstimo Ponte:** (i) A CRO possuía um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R$ 762.000 ("Contrato de Financiamento Ponte BNDES"), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163/MT, tendo sido liberado o montante de R$ 590.000. Sobre o valor do principal da dívida incidiam juros de Taxa de Longo Prazo + 2,9% a.a. O vencimento vinha sendo prorrogado de forma sucessiva, sendo que em 15 de maio de 2019 foi celebrado um aditivo contratual, prorrogando novamente o prazo de vencimento para 15 de maio de 2020. Em 17 de fevereiro de 2020, o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Crédit Agricole"), o Banco Itaú S.A. ("Itaú"), o Banco ABC Brasil S.A. ("ABC"), o ING Bank N.V. ("ING") e o Banco Pine S.A. ("Pine") e, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" e em conjunto com Crédit Agricole, Itaú, ABC, ING e Pine, "Credores"), na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, conforme previamente acordado com os Credores e o BNDES, no âmbito do referido contrato, tornando-se credores diretos da CRO. (ii) Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a CRO celebrou um Instrumento de Inação junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: **(1)** definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil: 20,67%, Crédit Acricole – 20,67%, Itaú – 14,39%, Pine – 14,39%, ABC – 5,08% e ING – 24,80%; **(2)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; **(3)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.; **(4)** amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e **(5)** as partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022. Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, o mesmo assinou correspondências confirmando que não possuía, no respectivo momento, a intenção de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido aditamento. A CRO obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade do Instrumento de Inação, conforme cartas de solicitação de prorrogação enviadas em 12 de maio de 2020, 21 de agosto de 2020 e 03 de setembro de 2020. (iii) Em novembro de 2020, foi realizado um pagamento parcial no montante de R$ 14.064 ao Banco do Brasil. Nos termos do Instrumento de Inação, o Banco do Brasil deveria receber da CRO, na data de celebração do aditamento ao Instrumento de Inação ("Aditamento de Adesão") os valores correspondentes conforme os pagamentos já realizados aos Credores. Com o objetivo de igualar o Banco do Brasil aos demais Credores com relação aos pagamentos feitos sob o Instrumento de Inação, os quais continuam a ser realizados pela CRO, e até que se concluíssem as negociações com os Credores e a CEF para equalização e reescalonamento de todas as dívidas, viabilizando a celebração pelo Banco do Brasil e demais Credores do Aditamento de Adesão, a CRO, as acionistas e os Credores concordaram com o pagamento dos Valores Adesão Banco do Brasil, atualizados até a data de 16 de novembro de 2020, incluindo o pagamento referente ao mês de novembro, antes da formalização do Aditamento de Adesão e com a inclusão do Banco do Brasil nos pagamento parciais. Em 09 de junho de 2021, foi realizado outro pagamento parcial no montante de R$ 18.975, aos Bancos Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida. Os recursos para a referida amortização foram provenientes da alienação, pela OTP Rodovias, das participações societárias em CRC, CBN e CRA. (iv) A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), no montante de R$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R$ 333.343 (2020 – R$ 310.002). Em 21 de dezembro de 2018, foi celebrado um novo aditivo contratual, prorrogando o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo Ponte da CEF para 20 de maio de 2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R$ 118.226. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso. Diante dessa situação, os Credores e a CEF iniciaram uma discussão sobre qual seria a melhor alternativa para equalização e reescalonamento de todas as dívidas da CRO, de forma a atender aos interesses da CEF e dos Credores, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional da concessão, o que deveria, a princípio, ser formalizado através de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Tolerância, no âmbito da dívida da CEF, conforme negociações em curso desde setembro de 2020. Com os avanços das negociações, porém, as partes entenderam fazer mais sentido estarem todos os Credores e a CEF em um documento único (um novo Termo de Inação), o qual, atualmente se encontra em discussão, por meio do qual a CRO se comprometerá a fazer amortizações ordinárias, além de pagamentos extraordinários com o excedente de caixa, mantendo sempre um caixa mínimo de R$ 30 milhões na CRO. (v) No exercício de 2021, foram pagos pela CRO principal e juros nos montantes respectivos de R$ 52.276 e R$ 48.834 (2020 – R$ 157.768 e R$ 45.742). Também foram pagos custos de transação no montante de R$ 4.496 (2020 – R$ 10.249). **e) Custo de Transação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **f) Garantias:** (i) Os contratos de financiamento da CRO com a CEF e o Instrumento de Inação com os Bancos Credores possuem como garantia fidejussória fiança corporativa da OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, a cessão fiduciária foi executada e parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial da dívida da CRO, em 09 de julho de 2021, no montante de R$ 18.976, sendo R$ 3.927 para o Banco do Brasil, R$ 3.927 para o Crédit Agricole, R$ 2.723 para o Itaú, R$ 2.723 para o Pine, R$ 975 para o ABC e R$ 4.701 para o ING. A parcela devida para a CEF, por sua vez, em função das negociações de equalização da dívida, deveria ser dividida entre os demais credores. No entanto, a CEF ainda não conseguiu enviar comunicação ao agente administrador da conta nesse sentido. Assim sendo, a referida parcela permanece na conta vinculada. (ii) Para o contrato de empréstimo ponte da Agrovia, a OTP disponibilizou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações como garantia, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias, sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC e cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, a cessão fiduciária foi executada e parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial da dívida da Agrovia, em 22 de julho de 2021, no montante de R$ 1.147 e outra parte para a amortização parcial da dívida da CRO, conforme comentado nesta Nota, no item "d" (ii), acima. (iii) Para os empréstimos corporativos junto ao Banco do Brasil e ao Bradesco, a OTP também disponibilizou cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, a cessão fiduciária foi executada e parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial de referidas dívidas: em 09 de julho de 2021, no montante de R$ 16.252, para o Bradesco, e, em 10 de julho de 2021, no montante de R$ 5.016, para o Banco do Brasil. (iv) Além das garantias mencionadas, a Companhia forneceu um *Equity Support Agreement* ("ESA") para empréstimos e financiamentos contratados pela investida VLT RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor total do VLT RJ junto ao BNDES é de R$ 925.782 (2020: R$ 878.926). (v) A OTP havia concedido fiança corporativa ao BNDES, em benefício da CRA, a ser liberada por decorrência da alienação das ações da participação societária detidas pela OTP Rodovias na CRA. Conforme disposto no Contrato de Compra e Venda, a compradora se comprometia, em até 60 dias a contar da Data de Fechamento, a formalizar a substituição ou liberação de referida garantia. Na hipótese de não observância desse prazo, ela se obrigava a formalizar, no 61º dia, uma fiança bancária em favor da vendedora e, caso a substituição não ocorresse até o 90º dia, ela se obrigaria ao pagamento de uma multa, não compensatória, à vendedora no montante de 5% calculada sobre o valor total das dívidas atreladas às garantias que não fossem substituídas e juros de mora de 1% ao mês.

16. Arrendamento Mercantil

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial	**22.527**	**24.705**	**33.140**	**47.980**
Adições	922	–	13.910	3.510
Amortização	(5.515)	(3.396)	(17.886)	(17.444)
Baixas (*)	(3.753)	–	(3.753)	(3.324)
Apropriação das despesas financeiras	1.385	1.218	2.002	2.418
Saldo final	**15.566**	**22.527**	**27.413**	**33.140**
Passivo circulante	1.913	3.363	10.966	11.800
Passivo não circulante	13.653	19.164	16.447	21.340

(*) Em 2021, na controladora, foi procedida a baixa do contrato de arrendamento relativa ao aluguel de escritório comercial. O reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento e apropriação das despesas financeiras levam em consideração a taxa média de captação obtida, a qual varia entre 5,26% e 11,58%.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social – Consolidado – a) Ativo e Passivo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido apresentados de forma líquida, são decorrentes de:

	2021	2020
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(30.506)	(34.583)
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	7.314	17.429
Provisão para Manutenção Especial – ICPC01	45.197	30.929
Outras diferenças temporárias	8.071	14.698
	30.076	**28.473**

(*) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO. Esses créditos têm projeção de realização até 2026. A expectativa da Companhia e de suas controladas quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	2021	2020
2021	–	2.424
2022	1.285	1.285
2023 em diante	6.029	13.720
	7.314	**17.429**

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado das controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da CRO. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente no Resultado**

	2021		2020	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
CRO	(119)	(6.137)	(301)	(3.319)
OM	–	–	(289)	(113)
OTP Rodovias	–	–	(970)	(366)
	(119)	**(6.137)**	**(1.560)**	**(3.798)**

18. Provisão Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias – A Companhia e suas empresas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	2021		2020	
	Depósitos judiciais	**Provisões**	**Depósitos judiciais**	**Provisões**
Contingências trabalhistas e previdenciárias	179	(59)	165	(402)
Reclamações cíveis	835	(3.176)	237	(1.946)
Outros (i)/(ii)	968	–	942	(3.313)
	1.982	**(3.235)**	**1.344**	**(5.661)**

(i) Em agosto de 2021 foi revertido o saldo apresentado em Outras Provisões no montante de R$ 2.728, relativo a perdas estimadas pela CRO. (ii) Em 2020, foi efetuado depósito judicial no montante de R$ 933 em função de multas administrativas impostas pela ANTT à CRO. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente. **Perdas Possíveis, Não Provisionadas no Balanço:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas empresas controladas possuem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 10.905 (2020 – R$ 11.635).

19. Provisão para Perdas no Valor Recuperável de Investimentos

	2021	2020
CRO	873.584	353.026
Agrovia	–	1.489
	873.584	**354.515**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$ 863.584 (2020 – R$ 354.515) se refere a provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos, e consideram, principalmente, os fluxos de caixa líquidos esperados provenientes destes investimentos. Em 2021, além das perdas decorrentes da participação societária da OTP Rodovias na CRO, no montante de R$ 54.368, foram apuradas perdas adicionais no montante de R$ 466.190 decorrentes da baixa probabilidade do recebimento dos créditos, da Companhia e da OTP Rodovias, oriundos de mútuos da CRO.

20. Provisão para Conserva Especial – Consolidado – Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava saldo de R$ 150.899 (2020 – R$ 105.194) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO, a qual teve a seguinte movimentação:

	2021	2020
Saldo inicial	**105.194**	**121.890**
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(9.904)	(3.119)
Provisão de conserva especial	55.609	35.801
Reversão ajuste a valor presente	–	(5.044)
Reversão de provisão para conserva especial	–	(44.334)
Saldo final	**150.899**	**105.194**

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à ANTT, representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial. Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, consequentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram incorridos custos referentes à conserva especial. Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras para fins de determinação na melhor estimativa, a Administração da CRO revisou os critérios de apuração e alterou o valor da provisão para conserva especial em 30 de junho de 2020, resultando numa redução de R$ 49.378 no saldo da provisão, reconhecida no resultado.

21. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

	Número de ações		Participação no capital social (%)	
Acionistas	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	**214.666.816**	**100,00%**	**100,00%**

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial (Reapresentado) Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2021	2020 (Reapresentado)
Saldo inicial	**31.495**	**31.677**
Ganho (perda) de variação de percentual de participação (*)	2.029	(182)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	(2.698)	–
Saldo final	**30.826**	**31.495**

(*) Decorrem de alterações de percentual de participação nas investidas VLT RJ e Agrovia. (**) Realização de ajustes de avaliação patrimonial da CRC, em decorrência da alienação da participação societária ocorrida em abril de 2021. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou a realização de ajustes de avaliação patrimonial, decorrentes participações societárias alienadas em exercícios anteriores a 2020, sem que houvesse a reclassificação contábil para a rubrica Prejuízos acumulados. Nesse contexto, os efeitos foram reclassificados e os saldos de abertura das rubricas de "Ajustes de avaliação patrimonial" e "Prejuízos acumulados", dispostas no patrimônio líquido, estão sendo reapresentados, sendo:

	Em 1° de janeiro de 2020		
	Apresentado	**Ajuste**	**Reapresentado**
Capital social	1.610.713	–	1.610.713
Reserva de capital	621.483	–	621.483
Ajuste de avaliação patrimonial	(44.075)	75.752	31.677
Prejuízos acumulados	(2.146.267)	(75.752)	(2.222.019)
	41.854	**–**	**41.854**

22. Receita Líquida

	Consolidado	
	2021	**2020**
Receitas acessórias	5.001	4.922
Receitas de AVI (*"Automatic Vehicle Identification"*) (i)	307.747	253.857
Receitas de vale pedágio (ii)	67.585	68.661
Receitas em numerário	121.598	132.844
Outras receitas	56	–
Receita operacional	**501.987**	**460.284**
Receitas de construção (***)	150.453	103.684
Receita bruta	**652.440**	**563.968**
Tributos sobre serviços de operação	(41.420)	(38.319)
Outras deduções da receita	(38)	(26)
Receita operacional líquida	**610.982**	**525.623**

(i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento *"Automatic Vehicle Identification" (AVI)* são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas. (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. (iii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a CRO reconheceu, R$ 150.453 e R$ 103.684, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura.

23. Gastos por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos	–	–	(5.137)	(7.158)
Depreciação e amortização	(2.412)	(4.122)	(61.741)	(56.936)
Gastos com pessoal	(11.510)	(13.800)	(81.705)	(74.977)
Impairment de recebíveis (Nota 19)	(58.482)	–	(466.190)	–
Impairment de outros ativos	–	–	(6.699)	(3.951)
Materiais e equipamentos	–	–	(3.262)	(2.075)
Provisão para conserva especial	–	–	(41.964)	15.881
Seguros	(339)	(583)	(19.294)	(20.167)
Serviços de terceiros	(4.694)	(8.447)	(61.908)	(57.480)

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

... continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas e despesas	715	663	(29.459)	(33.830)
	(76.722)	(26.289)	(777.359)	(240.693)
Classificadas por função				
Custos dos serviços prestados	–	–	(228.695)	(159.943)
Gerais e administrativas	(14.367)	(27.158)	(63.184)	(69.999)
Outras despesas, líquidas	(62.355)	869	(485.480)	(10.751)
	(76.722)	(26.289)	(777.359)	(240.693)

24. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receitas com juros	7.404	5.953	14.627	19.455
Variações cambiais e monetárias	–	114	226	156
Outras	–	–	819	116
	7.404	6.067	15.672	19.727
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(1.386)	(1.219)	(5.637)	(405)
Amortização de custos de transação	–	(384)	(10.006)	(24.537)
Despesas com juros	(64.514)	(45.003)	(189.122)	(181.816)
Variações cambiais e monetárias	–	–	–	(1)
Outros	(12.722)	(288)	(14.693)	(3.055)
	(78.622)	(46.894)	(219.458)	(209.814)
Resultado financeiro, líquido	(71.218)	(40.827)	(203.786)	(190.087)

25. Prejuízo por Ação – O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas titulares de ações ordinárias	(577.456)	(105.446)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(2,69)	(0,49)

26. Eventos Subsequentes – Em 07 de janeiro de 2022, foram aprovadas a alteração da denominação social da controlada Odebrecht Mobilidade S.A. para OTP Mobilidade S.A. e a redução do seu capital social, no montante de R$ 26.000, com o cancelamento de 26.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante as devoluções realizadas em 01 de fevereiro de 2022, sendo R$ 15.600 para a Companhia. Em 20 de janeiro de 2022, o TAC apresentado pela CRO junto à ANTT foi sobrestado, até que o Contrato de Concessão da CRO seja qualificado para relicitação. Em 01 de fevereiro de 2022, ocorreu o pagamento dos dividendos devidos pela OM aos seus acionistas no montante de R$ 1.392, sendo R$ 835 para a Companhia. Em 07 de março de 2022, a ANTAQ publicou o edital para o leilão relativo ao Contrato de Arrendamento da área localizada na Zona Portuária de Suape, que está sendo objeto de resilição pela Agrovia (Leilão 02/2022-ANTAQ-SUA07). A realização do leilão está prevista para ocorrer no dia 30 de março de 2022. Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102, atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela CRO, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Adicionalmente, a ANTT determinou o envio do referido processo, no qual consta o requerimento de relicitação da CRO, ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957, de 2019. Em 10 de março de 2022, foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), prorrogando o vencimento da dívida da Companhia junto ao Bradesco para 15 de dezembro de 2022. Em 14 de março de 2022, foi celebrada AGD, prorrogando o vencimento da dívida da Agrovia junto ao Banco Itaú para 15 de setembro de 2022. De 1º de janeiro de 2022 até a presente data, foram realizadas amortizações parciais das dívidas da Companhia e da CRO, nos montantes respectivos de R$ 30.701 e R$ 62.041.

Diretoria

Felipe Montoro Jens — **Adriano Lima Ferreira**

Contadora

Ana Claudia Cerqueira Santos – CRC nº 1BA 021.783/O-1 T SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.) São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.) ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da **OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2021: *i)* passivo circulante superior ao ativo circulante nos montantes, individuais e consolidados, de R$ 811.162 mil e R$ 1.794.906 mil, respectivamente, principalmente em virtude de dívidas de curto prazo com instituições financeiras mantidas pela Companhia e pela controlada indireta Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO); *ii)* processos envolvendo a controlada indireta CRO relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão administrativa, e; *iii)* requerimento pela controlada indireta CRO e aprovado pelo poder concedente, ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre, ainda sujeito às demais etapas determinadas pela Lei nº 13.448/2017. A não confirmação do sucesso dessas ações suscita a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, de seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto. **Ênfase: Reapresentação das demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2020:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4, o balanço patrimonial consolidado e a demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram alterados e estão sendo reapresentados de modo a incorporar a reclassificação contábil de ajustes de avaliação patrimonial de competência de exercícios anteriores a 2020 para a rubrica de prejuízos acumulados. Auditamos e concordamos com esse ajuste. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 08 de abril de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e parágrafo de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia devido à existência de prejuízos líquidos recorrentes, geração de caixa negativa e passivos circulantes superiores aos ativos circulantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 25 de março de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013.846/O-1 – S-MT

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 116.001/O-3 – S-MT

Paulo Mendes Pedroso
Contador CRC 1 SP 224011/O-9 – T-MT

Juros completam seis sessões de queda, alinhados a câmbio e petróleo

Os juros fecharam em baixa pela sexta sessão consecutiva, alinhados ao bom humor no exterior, onde os investidores operaram de olho no conflito entre a Rússia e a Ucrânia. As taxas acompanharam a dinâmica dos preços das commodities, do câmbio, mas no intraday diminuíram o ritmo no período da tarde, alinhadas ao fortalecimento do dólar e dos preços do petróleo.

A rodada de negociação entre Rússia e Ucrânia terminou sem acordo de cessar fogo para o conflito no leste europeu e os Estados Unidos mantiveram um discurso duro pela manutenção das sanções contra Moscou. Internamente, a perspectiva de fim do ciclo de aperto monetário em maio, sinalizada pelo Banco Central quase que diariamente desde a reunião do Copom, continua servindo de pano de fundo para devolução de prêmios, sobretudo até o trecho intermediário, mesmo com dados supostamente mais fortes de atividade, caso nesta terça do saldo do Caged.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a sessão regular em 12,69%, de 12,736% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2024 caiu de 12,026% para 12,005%. O DI para janeiro de 2025 terminou com taxa de 11,31%, de 11,41% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2027 passou de 11,265% para 11,21%.

Com a expressiva queima de prêmio na curva desde o começo da semana passada, a perda de fôlego vista à tarde é considerada natural pelos operadores, até porque petróleo e dólar ganharam um pouco de força. As taxas chegaram a cair 20 pontos-base pela manhã, mas terminaram com perda de no máximo 10 pontos. Os mercados operaram de olho no encontro nesta terça-feira entre Rússia e Ucrânia, com a informação de que a Moscou reduziria "fundamentalmente" as operações perto da capital da Ucrânia, Kiev, e de Chernigov, no norte do país.

A expectativa era por um avanço para um cessar fogo, mesmo os Estados Unidos tendo alertado que não viam sinais de melhora no diálogo. À tarde, a diretora de Comunicações da Casa Branca, Kate Bedingfield, afirmou que as tropas russas estão conduzindo "um reagrupamento e não uma retirada" na região.

Isto é Dinheiro

Moedas: dólar cai ante rivais e rublo russo dispara, em meio a negociações sobre guerra

O dólar se enfraqueceu ante rivais nesta terça-feira, 29, enquanto a maior busca por risco predominou nos mercados internacionais em meio às negociações entre Rússia e Ucrânia sobre a guerra. O rublo russo, por sua vez, disparou mais de 12% frente a divisa americana, neste cenário.

O índice DXY, que mede o dólar frente seis rivais, recuou 0,69%, a 98,404 pontos. No fim da tarde em Nova York, o dólar caía a 122,92 ienes, enquanto o euro subia a US$ 1,1086 e a libra, a US$ 1,3096.

Negociadores ucranianos e russos se encontraram em Istambul hoje, no entanto, as conversas não garantiram um cessar-fogo para o conflito. Ainda assim, a Rússia anunciou desescalada militar em Kiev. A movimentação de tropas foi confirmada pelo Pentágono, que pontuou terem sido poucas. Paralelamente, líderes do Ocidente se mostraram dispostos a ampliar sanções contra Moscou.

O debate sobre pagamentos de ativos de energia em rublos para Rússia teve continuidade. O Kremlin disse que empresas estrangeiras precisam pagar o gás russo na moeda do país, enquanto o presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou não ser possível. Companhias do setor e outros líderes já fizeram afirmações semelhantes. Em meio ao que Moscou chama de "guerra econômica", o Ministério de Finanças informou que irá pagar os detentores de eurobônus que vencem no dia 4 de abril em rublos.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.